

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, JANEIRO/2019 - ANO XXII - Nº 264

EDITORIAL

São grandes as expectativas dos brasileiros pelo novo governo, que tomou posse na Presidência da República no último 1º de janeiro.

A campanha presidencial foi tensa, polarizada entre dois nomes que dividiram o país. O eleitorado que sufragou nas urnas Jair Bolsonaro deposita esperanças de que ele tenha desempenho positivo à frente do governo. Mesmo aqueles que não lhe confiaram o voto desejam que faça uma boa administração, pois, uma vez eleito, é o presidente de todos os brasileiros. É grande a torcida para que as medidas econômicas a serem empreendidas deem certo, de modo que o país volte a crescer, gerando emprego e renda.

O início do novo governo vem acompanhado por esperanças. A taxa de otimismo é grande. É preciso acreditar que medidas prometidas na campanha eleitoral serão implementadas.

Apesar de menos pronunciada, também é considerável a expectativa dos brasileiros com o Congresso Nacional, cuja legislatura será iniciada em fevereiro. A imagem do Congresso e do Senado se encontra arranhada. A prática de troca de cargos por apoio no Congresso a fim de garantir a aprovação de projetos do Executivo e os sucessivos escândalos de corrupção macularam a imagem de nossos políticos. É grande o número de parlamentares envolvidos em inquéritos e/ou ações penais.

Nesse mar de lama, salvam-se poucos personagens. A população não aceita mais o jogo político como ele vem sendo jogado. O enriquecimento surreal de políticos corruptos enoja os homens de bens que trabalham a vida toda para garantir um mínimo ou quase nada.

As últimas eleições apontaram para mudanças. Espera-se renovação no sistema político. Legendas tradicionais perderam quase a metade de suas bancadas. O eleitor quer mudanças imediatamente. O novo governo precisa contar com o apoio do Congresso. Um Parlamento responsável precisa contribuir para a superação de anos de crises. Deve colaborar com o governo sem se submeter aos ditames do Executivo e sem deixar em segundo plano seu papel fiscalizador. Em caso de divergências com os projetos presidenciais, há que apresentar alternativas viáveis economicamente e conciliadoras em termos políticos e sociais.

Presidente, deputados e senadores acabam de ganhar um novo voto de confiança. Que não o rasguem outra vez!



Reprodução da Internet

Que essa tragédia abra os olhos dos governos! Meio ambiente deverá ser prioridade sempre. É respeito à vida das pessoas e do planeta. O governo deve regular e fiscalizar com mais energia e eficiência.

Crônica de uma morte anunciada

A tragédia se repete. Pouco mais de três anos depois do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, que deixou dezenove mortes e dano ambiental gigantesco, Minas Gerais vive nova tragédia. O rompimento de uma barragem e o transbordamento de outra em Brumadinho, em 25 de janeiro, deixou um rastro de lama e destruição com dezenas de mortes e centenas de desaparecidos.

Os rejeitos de minério de ferro atingiram áreas da empresa Vale, onde havia cerca de trezentos funcionários, uma pousada e zonas residenciais. As cenas mostradas pela TV chocam e chamam a atenção por evidenciar a impotência da população frente ao desastre. O país cobriu-se de luto. O momento é de tristeza e de se solidarizar com as vítimas e seus familiares.

A repetição da tragédia na mesma região, sob gestão da mesma empresa, indica que a fiscalização continua precária. Mais uma vez, assistimos a um empurra-empurra de responsabilidades.

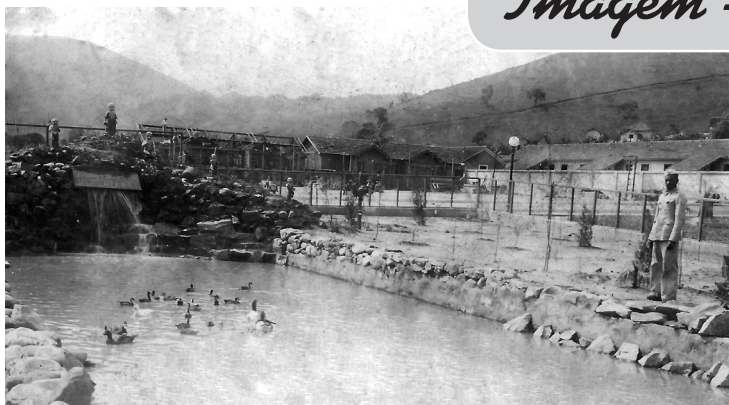
A tragédia de Mariana, em 2015, mostrou ao país a importância da licença ambiental. Séria e embasada em estudos competentes, ela garante segurança à população, ao entorno e, também, ao empreendedor. A flagrante falta de investimentos e de recursos técnicos para os órgãos ambientais não apontam melhorias. Se fôssemos um país sério, onde as questões ambientais fossem priorizadas e a legislação cumprida, Mariana, Bruma-

dinho e outras tragédias poderiam ter sido evitadas. Ao invés disso, porém, tramitam no Congresso quatro propostas de flexibilização do licenciamento ambiental, motivadas por lobby das indústrias. Por meio delas, um simples estudo de impacto ambiental já seria suficiente para se autorizar a execução de uma obra – políticos alegam que, sendo a obra estratégica para o país, justificar-se-ia a facilitação da outorga da licença. Assim, tragédias como o rompimento de barragens, enchentes e deslizamentos de encostas, que provocam centenas de mortes e danos econômicos incalculáveis, causam, no primeiro momento, forte comoção, mas logo caem no esquecimento. Em nome do lucro fácil, vidas, sonhos e famílias são destruídos e, após breve avaliação, fica patente, sempre, a ausência de estudos ambientais competentes.

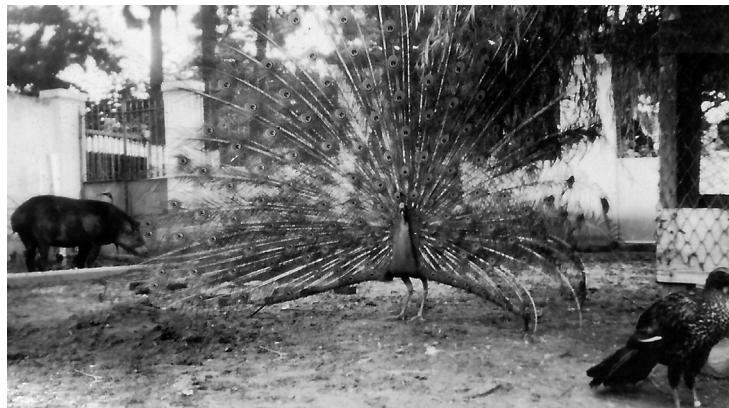
Entender o licenciamento ambiental como prevenção de desastres é o primeiro passo para se levar a sério o processo, o que é de interesse público e também deveria ser dos que empreendem e investem. O governo recém empossado, que tem mostrado dúbia visão ambiental, deverá compreender que a presunção de boa fé, sem o licenciamento, é falta de cautela e tem sérias consequências.

Que essa tragédia abra os olhos dos governos! Meio ambiente deverá ser prioridade sempre. É respeito à vida das pessoas e do planeta. O governo deve regular e fiscalizar com mais energia e eficiência.

Imagem - Memória



Fotos Arquivo Pró-Memória



Inauguração do Parque Felisbina Rosa, em 25/08/1.941

O Parque Infantil Felisbina Rosa

No dia 25 de agosto de 1.941, como parte das comemorações do Dia do Soldado, foram inauguradas as instalações do Parque Infantil Felisbina Rosa junto à Praça Duque de Caxias, na Vila Operária de Piquete.

Destinado aos filhos de operários, o Parque tornou-se uma atração e espaço de lazer da cidade, atraindo visitantes não só do município, mas também de cidades vizinhas.

Dotado de uma seção zoológica, o Parque Infantil Felisbina Rosa nasceu nas pranchetas da 4ª Divisão da Fábrica, cujo chefe de construção e obras era o Major José Pompeu Monte. Reunia, em seu aspecto ornamental, a habilidade e o desenvolvido senso artístico de seus idealizadores e executantes – o Major Monte, que contou com a cooperação do funcionário Laércio José de Azevedo.

Na área central do Parque foram construídas amplas salas, onde foi instalado um museu de história natural, com uma coleção de animais empalhados da fauna brasileira. Ao redor, em viveiros adaptados, espécies raras de animais do continente americano, até então nunca vistos pelos visitantes: onça pintada, suçuarana, jaguatirica, gato do mato, quatis, preguiças, cotia, cachorro do mato, lobo guará, bugio, macaco prego, saguis, porco do mato, cateto. Havia, também, coloridas e barulhentas espécies de aves: urubu-rei, condor, gavião carcará, gavião pega macaco, coruja buraqueira, suindara, tucanos e ararás, araras, papagaios e maritacas... Além de todos esses, um enorme tanque com espécies de animais e aves aquáticas: capivara, anta, tatu, paca, tartaruga e cágado, jacaré, coelho e lebre, paturi, pato selvagem, cisne, ganho, jaburu, garça, socó, colhereiro... Todas as jaulas eram amplas e bem adaptadas para as espécies. Do lado de fora, uma placa identificava o nome científico e popular do animal e sua origem. Visitar o zoológico era também um aprendizado. Na

área livre do Parque, brinquedos e balanços para entretenimento das crianças.

Naquele 25 de agosto também foi inaugurado um rink de patinação, que fez a diversão de crianças e muitos marmanjos... Anos mais tarde, no local do rink foi construído um belo aquário e a área central foi transformada no Jardim da Infância, inaugurado em 1.945.

O Parque Felisbina Rosa tinha duas entradas. Na principal, foi construída uma bela praça, na qual foi colocado junto ao portão, em um pedestal, o busto do Duque de Caxias. A cerimônia de inauguração da Praça contou com a participação de autoridades civis, militares e do Pe. Septímio Ramos Arantes, vigário de Piquete, os militares da Fábrica, o operariado, alunos da Escola Profissional recém-criada e das escolas públicas do município, além da população, que concorreu para abrilhantar o evento. O busto do Patrono do Exército foi descerrado por D. Ivone Schleder, esposa do diretor da Fábrica, Sílvio L. Schleder. Após discursos alusivos à data, todos se dirigiram, tendo à frente a Banda da Fábrica, para a outra entrada do Parque, às margens do ribeirão Benfica. Ali foi inaugurada outra praça, chamada Cel. Pompeu, com o descerramento de um belo trabalho escultórico do professor Laércio, que modelou em tamanho natural um menino, símbolo da criança de Piquete, razão da construção do Parque.

A expectativa dos presentes era grande. Todos queriam conhecer o zoológico, que seria inaugurado logo em seguida e aberto ao público para visitação. Por muitos e muitos anos, o zoológico foi atração turística da cidade. Visitantes de diversos lugares vinham conhecer os animais expostos. Romeiros que desciam a serra em direção a Aparecida, fosse a pé ou em caminhões, obrigatoriamente paravam para descansar e

conhecer o Parque. Por cerca de quarenta anos o Parque foi a principal atração do município. No início dos anos 80 tentou-se repovoar o zoológico, mas sem alcançar o brilho inicial. Pouco tempo depois, os animais expostos foram transferidos para o IBAMA e outros criadouros oficiais. Foi o fim do Parque Infantil Felisbina Rosa.

Afinal, quem foi Felisbina Rosa, cujo nome foi dado ao parque infantil?

Naquele Dia do Soldado de 1.941, inaugurou-se, também, a Praça Duque de Caxias, herói da Guerra do Paraguai e Patrono do Exército Brasileiro. O Parque recebeu o nome de uma paulista, heroína daquele conflito. Quando da eclosão daquela guerra, Felisbina Rosa da Anunciação Fernandes e Silva, natural de Santos, era viúva e residia no Rio de Janeiro. Seu único filho fora convocado para a campanha do Paraguai. Movida por amor à pátria e pelo amor ao filho, decidiu acompanhá-lo aos campos de batalha. Apresentou-se como enfermeira e obteve as vantagens conferidas às religiosas da Santa Casa de Misericórdia, sendo designada para o hospital instalado em Montevideo. No ano seguinte, foi transferida para o hospital Avalos, em Corrientes, destinado aos praças. Felisbina Rosa esteve na frente de batalha da Passagem do Paraná e na batalha do Tuiuti, onde atendeu os feridos com abnegação e carinho. Regressou a Corrientes acompanhando os feridos dessa batalha. Estava assistindo um enfermo quando, repentinamente, no dia 31 de julho de 1866, sofreu um colapso cardíaco, falecendo em seguida. Seu filho, Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, continuou a serviço do Exército, alcançando o posto de general.

Tendo em vista que a baiana Ana Neri somente partiria em agosto de 1865, os paulistas reivindicam para Felisbina Rosa o título de Primeira Enfermeira, que vem sendo conferido a Ana Neri.

GENTE DA CIDADE

Pe. Ulysses

“Senhor, completai o que em mim começastes, não abandonei a obra de vossas mãos”. (Salmo 138,8)

Piquetense, nascido a 16 de novembro de 1943, no bairro do Quilombo, Pe. José Ulysses da Silva é um dos nove filhos do casal Silvestre José da Silva e Maria José da Silva. “Meu umbigo está lá, próximo à Capelinha de Santa Cruz...”, afirma, para completar, com um quê de emoção, logo em seguida: “A mangueira de meus tempos de menino ainda está lá, forte...”.

Pe. Ulysses esteve em Piquete na última semana de 2018 para a celebração dos cinquenta anos de Sacerdócio e foi recebido com muito carinho por amigos e a comunidade católica piquetense. Acompanhado pela família, visitou o bairro em que nasceu e viveu até os sete anos e celebrou missas na Capela de Nossa Senhora da Guia, no Quilombo, na Igreja Matriz de São Miguel e na Igreja de São José – foi na “capela dos operários”, na Vila Célia, que, em 29 de dezembro de 1968, presidiu sua primeira missa em Piquete.

A Congregação do Santíssimo Redentor, da qual faz parte o Pe. Ulysses, foi fundada em Nápoles, na Itália, por Santo Afonso Maria de Ligório, em 09 de novembro de 1732, e chegaram ao Brasil pela primeira vez em 1893. Aqui estão presentes em quase todos os estados e no Distrito Federal.

Pe. Ulysses atualmente é reitor do Santuário da Imaculada Conceição do Morro, em Recife, PE, mas prepara seu retorno para o Santuário de Aparecida. Sua trajetória nesses cinquenta anos é meritória e profícua.

O pequeno Ulysses iniciou os estudos no Grupo Escolar Antônio João, onde o pai trabalhava como servente “e também exercia o ofício de barbeiro”. Moravam na Vila Célia, que facilitou seu contato com a Igreja de São José. Cita, com deferência, os padres Pedro Verdumen e Walter – esse último capelão da Capela do Hospital da



FPV. Foi coroinha de D. João Hipólito, mais tarde Bispo Diocesano de Lorena.

Conta que sempre se interessou pela vida religiosa, mas que a ida para o Seminário Redentorista Santo Afonso aconteceu meio sem planejamento. Seu ingresso foi acertado pelo pai quando de uma visita ao Seminário para a vestição religiosa de uma prima, Ir. Maria Joana Leal. Uma semana depois, em 15 de agosto de 1954, antes de completar 11 anos, iniciava seus “estudos internos”, de cinco anos. Nesse período não lhe era permitido voltar para a casa dos pais, mas os recebia no Seminário em datas especiais. Em 1962 teve início seu noviciato, em Pindamonhangaba, e, em 2 de fevereiro de 1963, consagrou-se missionário redentorista. A partir daí, iniciaram-se os estudos de Filosofia e Teologia. Ordenar-se-ia em 22 de dezembro de 1968, em São Paulo. “A Fábrica Presidente Vargas cedeu um ônibus para minha família e alguns amigos participarem da ordenação”, conta.

Após a revalidação dos estudos – necessária à época, pois a formação interna assim

o exigia –, obteve o mestrado em Teologia, seguindo, depois, para Roma, onde se especializou em Liturgia e Sacramentologia na Faculdade Pontifícia Santo Anselmo. Retornou ao Brasil como professor e formador, em São Paulo. Alguns anos depois, foi eleito Superior Provincial, cargo que ocupou por cerca de cinco anos. Mais tarde, tornou-se Conselheiro Geral da Congregação Redentorista, posição em que teve a oportunidade de “rodar o mundo todo” e no qual permaneceu por seis anos. A partir de 1991, passou a atuar em missões populares e, em 2000, assumiu a reitoria do Santuário Nacional de Aparecida. Em 2003 foi eleito novamente Superior Provincial.

De volta a São Paulo, viveu o sonho de trabalhar na periferia... Atuou por três anos no Jardim Sinhá, e foi nessa comunidade que comemorou quarenta anos de ordenação, em 2008. Em 2010, voltou para Roma, desta vez como Secretário Geral de Governo da Congregação. Retornou ao Brasil em 2015, para atuar no Santuário Nacional de Aparecida. De lá, depois de pouco menos de um ano, foi designado para o Nordeste, para assumir como 1º reitor o então recém-criado Santuário da Imaculada Conceição do Morro. “A procissão da festa da Imaculada é acompanhada por mais de 200 mil pessoas. É algo fabuloso”, conta.

Resumidos os cinquenta anos de trabalho de Pe. Ulysses, o que mais impressiona, sem deixar de lado seu rico currículo, são a cultura, o carinho ao relatar detalhes desse período, o Português corretíssimo e, principalmente, a certeza de que ele tomou o caminho certo ao optar por ser missionário e formador. Ficam evidentes os sentimentos nobres da caridade, da compaixão e sua admiração pelos ensinamentos de Jesus Cristo, que anunciou e segue anunciando mundo a fora.

A Igreja e os cristãos ganhamos com homens como Pe. Ulysses, que, “fortes na fé, alegres na esperança, ardentes na caridade, inflamados pelo zelo, humildes e sempre dados à oração”, propiciam a paz ao serem exemplos de vida dedicada ao próximo.



Pe. Ulysses e família quando da primeira missa, em Piquete, na Igreja de São José

Foto acervo pessoal

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:

Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:

Rua Professor Luiz de Castro Pinto, 22

Tels.: (12) 3156-1207

Correspondência:

Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração: Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

Hora e vez da diplomacia?

Quando estudamos a História da Humanidade, somos tentados a fazer duas perguntas:

1. Que teria acontecido se não tivesse havido interferência dos Continentes? Como estariam hoje os Astecas, os Maias e os Incas das Américas; os Etíopes e os Congolese, da África e os Aborígenes da Austrália?

2. A Humanidade será capaz de livrar-se da obsessão pelo poder e chegar à Paz?

A Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, no final do século XVIII, sugeriam o início de uma nova era – de respeito aos indivíduos e às culturas.

Ledo engano. Impôs-se com mais força a colonização.

Na primeira metade do século XX, tivemos as duas Grandes Guerras, sustentadas por teorias que vilipendiaram a dignidade humana.

Chegamos ao século XXI com uma dupla de semântica ainda obscura: o usurpador e o terrorista.

Ao interessado que busca uma explicação, um exame superficial lhe revela que usurpador é quem se instala no poder ignorando as Leis; terroristas são todos aqueles que se armam para desalojar o usurpador do poder.

O que o interessado percebe com os acontecimentos supervenientes é que o terrorista de hoje será o usurpador de amanhã. Com agravante: o terrorista no poder é prolífico – sempre tem herdeiros.

Nossos irmãos venezuelanos perceberam o que tem ocorrido em vários países e não querem submeter o povo a uma intervenção armada.

Nicolás Maduro, herdeiro de Hugo Chavez, cria suas próprias leis e ignora o Legislativo e o Judiciário.

O povo venezuelano conhece agora a pobreza apesar das grandes reservas de petróleo.

Neste caso, só a Comunidade Internacional pode declarar o impedimento de Maduro e retirá-lo do poder. E garantir que haja eleições livres no país.

Como soam bem aos meus ouvidos os nomes de Paranhos Jr. e Osvaldo Aranha!

Quando todas as disputas forem resolvidas por árbitros internacionais...

Mas, dado o adiantamento da minha hora e sabendo que países sem nenhuma tradição científica se empenham em produzir mísseis de longo alcance, creio que não chegarei ao sonhado momento.

Quanto à primeira pergunta, como me dói ver um egípcio mal vestido – em Luxor – carregando as ferramentas de um pesquisador estrangeiro!

Abigayl Lea da Silva

Água e educação

A humanidade demorou para se atentar a esta grave questão resultante do mau uso da água e do descaso com a natureza. Só recentemente, com as sucessivas campanhas veiculadas pelos meios de comunicação, aos poucos os cidadãos vem começando a se atentar para a importância da água.

Do ponto de vista da percepção da sociedade acerca do uso dos recursos hídricos, água e das possibilidades de gestão, pesquisas feitas da WWF/IBOPE mostram dados intrigantes: parece haver conhecimento e certo consenso sobre a necessidade de conservação desse bem como um recurso que pode se tornar escasso. No entanto, quando a pesquisa passeia pelos hábitos dos cidadãos em relação ao consumo de água, os números apontam contradições. Ao mesmo tempo que se percebe o risco de desabastecimento em função do uso desregrado da água, essa consciência pouco se traduz na redução prática do desperdício. Evidencia-se, assim, ser necessário, cada vez mais, investir em educação ambiental em todos os níveis. Busca-se, com isso, criar uma cultura de conservação dos recursos naturais voltada para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, mantendo a qualidade das águas para agora e para o futuro, de maneira que possamos vislumbrar dias melhores.



Foto Arquivo Pró-Memória

Armas e violência: um olhar sobre os fatos

Uma das definições de Estado mais utilizada na ciência política é a formulada por Max Weber (1864-1920). Segundo o autor alemão, o Estado se definiria como uma instituição humana que reivindica, sob alguma legitimidade, o uso da força em um determinado território. No caso contemporâneo de um Estado democrático como o Brasil, caberia às instituições competentes, observadas as disposições contidas na Constituição e nos demais diplomas legais, usar da força para a preservação da ordem e da paz social. O Decreto No 9.685/2019, editado pelo Presidente Jair Bolsonaro, no entanto, inova o famigerado conceito weberiano com uma velha política de efeitos duvidosos: ceder ao cidadão comum, com a posse de um instrumento letal como uma arma de fogo, a prerrogativa do uso da força.

O espírito do Decreto e das forças sociais que o inspiram parece ter menos relação com o atual quadro de segurança do país e mais com certo ímpeto selvagem que cultua as armas e a violência. Demonstração disso está no fato de que o Decreto, em uma manobra redacional, ao definir as áreas urbanas com elevado índice de violência, estabeleceu os números referentes ao ano de 2016 como os índices para a aplicação eterna do critério de dez ou mais homicídios para cada cem mil habitantes. Ou seja, ainda que a realidade mude e os números de violência caiam bruscamente no país, situação em que a posse seria teoricamente desnecessária, ela ainda assim estará garantida, tendo em vista que o critério não acompanhará a mudança anual dos índices.

Outro fato que demonstra a ausência de base factual para essa política está nas estatísticas acerca dos locais de ocorrência de crimes. No estado de São Paulo, por exemplo, no ano de 2018, segundo a Secretaria de Segurança Pública, apenas 2,3% dos roubos ocorreram em residências e 5,5% em estabe-

lecimentos comerciais. Quase metade desses delitos, 47,8%, ocorreu nas ruas, espaço no qual o cidadão não está habilitado para portar uma arma de fogo. Como se percebe, a posse de uma arma em casa é estatisticamente irrelevante para a defesa pessoal.

As estatísticas, ainda, além de apontar a ineficácia dessa política, atestam seu caráter deletério, à medida que aumentam os riscos à própria família que tem em seu lar uma arma de fogo. Se apenas 2,3% dos roubos no Estado de São Paulo, em 2017, ocorreram em residências, por outro lado 21,7% dos homicídios dolosos ocorreram dentro dos lares, com maior associação à violência doméstica do que à legítima defesa contra invasores. O risco aumenta não só para as mulheres, mas também para as crianças: conforme matéria da Folha de São Paulo (18/01/2019), um estudo norte-americano demonstra que, entre 2002 e 2014, 60% das mortes de crianças entre 0 e 12 anos por arma de fogo se deram por acidentes ocasionados por brincadeiras com armas. Nessa discussão, vale lembrar que, conforme declarado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, em entrevista à GloboNews no último dia 15, a existência de cofre ou local seguro para a guarda do objeto será atestada por declaração do requerente e não através de verificação por parte da Polícia Federal, o que aumenta a possibilidade de que o disposto no regulamento não seja cumprido.

Por fim, cabe dizer que os números vão ao encontro da opinião pública: em pesquisa do Datafolha, realizada em outubro de 2018, 55% dos entrevistados se afirmaram contrários à posse de arma de fogo. Cabe agora esperar que o Congresso, alinhado com a opinião pública e os fatos, reveja os efeitos desse Decreto e proponha uma política de segurança pública consequente, alicerçada em números e nas boas experiências internacionais.

Rafael Domingues de Lima



Um olhar sobre a Mantiqueira

Sempre foi grande a relação entre o homem e a Mantiqueira.

O termo Mantiqueira tem origem na toponímia geográfica tupi. Advém do primitivo “Amantiquira”, composto de “amãntikir – a chuva goteja, ou cai aos pingos, alusão à constância das chuvas sobre o dorso dessa cordilheira”.

Anichada nos contrafortes desta serra, a cidade de Piquete mantém com ela íntima relação.

Nossa paisagem causa forte impressão em todos que visitam o Município, que são tomados por um deslumbramento frente à gigantesca muralha que os cerca. Dos diversos picos que compõem o maciço da Mantiqueira sobressai o Marins, com suas cristas e profundas depressões. São poucos os lugares do país em que observamos um desnível tão acentuado – quase 2000 metros!

O impacto que ainda nos causa a Mantiqueira é o mesmo que sofreram os viajantes que, nos idos do século XVII, a transpuseram tomados pela febre do ouro.

Visto desde Taubaté, o Marins sinalizava para os bandeirantes paulistas que buscavam terras mineiras a garganta do Embaú, passagem natural que Fernão Dias Paes, André de Leão, Miguel Garcia Velho e tantos outros sertanistas cruzaram, ganhando as terras dos goitacazes.

A origem histórica de Piquete remonta a essas eras, quando o taubateano Miguel Garcia Velho, no início do setecentos, à frente de

uma bandeira, transpôs a garganta do Embaú e, deixando o caminho já conhecido, cruzou à esquerda, na altura de Passa Quatro, em direção ao planalto do Capivari, passou por detrás dos Marins, vindo faiscar em ribeirões na vertente da Mantiqueira. Ali descobriu pintas de ouro nas imediações do “Córrego Alegre” e nas proximidades da Cachoeira do rio Santo Antônio (Itajubá).

O difícil acesso ao vale do Paraíba, para se abastecer de víveres o arraial aurífero, fez com que fosse aberto, em 1741, um caminho que partia da Freguesia da Piedade, cortando a região em que se localiza Piquete, até o alto da serra. Esse caminho ficou conhecido como “Caminho da serra do Itajubá” ou “Caminho de Minas”.

Historicamente, a primeira vez que o nome Mantiqueira aparece impresso é no opúsculo do jesuíta André João Antonil, “Cultura e Opulência do Brasil”, publicado em Lisboa, em 1711. Esta obra dá um roteiro minucioso da estrada de São Paulo até Vila Rica, com detalhes topográficos, e permite identificar quase todas as localidades mencionadas.

“De Guaratinguetá até o porto de Guai-pacaré, aonde ficão as roças de Bento Rodrigues, dois dias até o jantar. (...) Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiquira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros morros, que o ouro tem no caminho, para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar (...)”

Nos mapas do século XVIII, tanto de Minas como de São Paulo, o nome Serra da Mantiqueira é dado a essas montanhas que servem de limite na demarcação das Capitanias de São Paulo e Minas. Quando da confecção dos primeiros mapas em que aparece o nome Mantiqueira (1765 - 1767), a serra era cortada por três estradas que, a partir do litoral, davam ingresso na capitania de Minas Gerais. Eram elas: a estrada do Rio de Janeiro, pelo vale do Paraíba, para Barbacena; de Guaratinguetá para São João Del Rei, e de São Paulo para o vale do Sapucaí, passando por Atibaia. O caminho que passa por Piquete, aberto em 1741 por Lázaro Fernandes, bem como o Registro de Itajubá, instalado em 1764, na vertente paulista da Mantiqueira, aparece nos mapas a partir de então.

O ouro logo esgotou. Por esse caminho ocorreu o intercâmbio de produtos valeparaibanos e sul-mineiros. As florestas foram sendo retiradas dos vales e encostas suaves. A ocupação humana próxima ao posto fiscal deu origem ao Bairro do Piquete. No início do oitocentos, o café chegou ao sopé da Mantiqueira. A terra se enfraqueceu, o solo se esgotou, a produção foi reduzida e o café marchou para o oeste. Veio o gado a ocupar os morros e a agravar a erosão. Hoje, Piquete volta-se para a serra, contempla-a com outros olhos e vislumbra nas suas belezas o turismo sustentável como alternativa para seu desenvolvimento. **AC**



Crônicas Pitorescas

As plantas curam

Palmyro Masiero

Andava com problemas no estômago e, conversando com o Mineiro, um conhecido, disse-lhe que talvez fosse procurar um médico. Ele desestimulou este boa gente aqui no ato:

– Deixa de ser burro. Você vai pagar um dinheirão pela consulta, vai sair com uma receita de deixar carteira a nocaute e tomar um monte de remédios que mais tarde serão incluídos entre aqueles que são proibidos... Sua dor de estômago pode até passar, mas, em compensação, vai estragar outro órgão e ainda apostado que irão mandar você tirar chapa do bucho. E, se pagar bobeira, eles cortam você!

O Mineiro não botava fé na moderna Medicina. A velha desconfiança mineira... Aconselhou-me:

– Faça um tratamento com plantas medicinais. Conheço um conterrâneo velhinho que sabe de tudo e garanto que com alguns chazinhos você estará curado. Olha, como você não está fazendo nada, nem eu também, amanhã cedo nós vamos dar um pulinho até a casa dele.

Manhã seguinte apanhamos o carro, saímos da cidade e passamos por caminhos nunca dantes automovados e chegamos a uma casinha pequena, simples e singela, entre grandes árvores, e já avistamos o ancião sentado num banquinho de madeira, pitando a velhice. Após as apresentações, contei-lhe de meus males estomacais.

“Voismecê pega um pouco di casca-di-anta, ferve bem e adispois vai tomanu cumo chá. Isso arresorvi di veziz”.

Andamos tanto e é só isso?! Uai – pensei alterosamente –, eu já com dor de estômago e ainda aguentar uma casca-de-anta! Paciência! Escrevi na caderneta que levava a receita. Mas, pensando melhor, já que estava ali e a consulta era gratuita, o negócio era aproveitar a ocasião. Falei-lhe que às vezes tenho problemas no fígado também.

“Voismecê cuzinha casca di flô-di-corar i toma cumo chá”.

Melhorou. De casca-de-anta para flor-de-coral... A medicação estava ficando mais suave. Tomei nota.

– Sabe, “nhô” Dito – disse-lhe –, minha pressão de vez em quando sobe um pouco...

“Voisme cê faiz um chá di sete-sangrias i toma normar”.

Também, convenhamos, com sete sangrias não há pressão que resista! Comecei a

apelação. Com a idade chegando e a gente aprontando, uma prevenção é muito válida:

– Tenho uma vida muito atribulada, “nhô” Dito, e tenho medo de ter um enfarte.

“Óia, meu fio, pega umas foias de cocreária e comi cumo salada, misturada cotras verdura... Só foia fresca!”

– Cocleária – traduziu-me o Mineiro. Eu canetando tudo.

Quando tomo umas e outras, “nhô” Dito, sinto dificuldades em urinar.

“Faiz um chá de raiz di raiz de mir-homi e toma treis caneca pur dia!”

Será que o velho estava tirando sarro com minha cara? Chá de mil-homens?! Um já é purgante! Como ele conservava um semblante sério e compenetrado, achei por bem anotar aquilo, por via das dúvidas. Arrisquei um último mal para que ele não pensasse estar falando com um quase defunto ambulante: Certos problemas nas articulações quando da mudança de tempo.

“Voismecê toma um chazinho pur infusão i adispois cuzinha toda a pranta e toma banhu nela.”

O senhor não disse o nome da planta, “nhô” Dito – lembrei-lhe.

“Andu miu esquecido... É catinga-di-mulata.”

Claro que eu merecia aquilo! Depois de uma chá de mil-homens, só mesmo catinga-de-mulata pra sanar meus males. E onde conseguir tudo isso?

“In quarqué matinh...”

Não encontrei uma panacéia, mas saí com um memento terapêutico de fazer inveja! De acordo com “nhô” Dito, em qualquer matinho eu encontro as tais plantas receitas; mas, diabos, não faço a menor idéia de como elas são! Sei que tem gente que conversa com plantas, mas jamais soube de planta que respondesse. Imaginem se isso acontecesse!

Eu, adentrando um mato qualquer e chegando junto a uma arvorezinha, perguntar-lhe, como todo respeito:

– Desculpe. Por acaso a senhora é uma catinga-de-mulata?

E a “Stachys fluminensis”, da família das Labiadas, desconhecendo o apelido lhe imposto, mandar fogo:

– Catinga quem tem é a tua avó!

Com o impacto, eu terminaria num médico. Psiquiatra!

Tempos de bonança e consciência tranquila para todos!

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Já disse o poeta: “Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome, você, meu caro, tem de merecê-lo. (...) É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre...”.

Iniciamos mais um ano... Longe de mim escrever um texto de autoajuda, mas Drummond estava certíssimo: juntamente com o Ano Novo cochila dentro de nós a coragem para bater metas e implementar as mudanças que prometemos a nós mesmos.

No Brasil, novos governos – o federal e os estaduais – tomaram posse no primeiro dia do ano. Toma posse em 1º de fevereiro o novo Congresso, formado por Senado, com 20 senadores novos, e Câmara dos Deputados, com 243 deputados eleitos em primeiro mandato (47,3%). Como cidadãos, havemos que cobrar seriedade e projetos que visem à melhoria da vida dos brasileiros. Também aqui precisamos de empenho e proatividade para garantir nossos direitos enquanto exercemos nossos deveres.

Particularmente, acredito na vida em comunidade, no trabalho “de formiguinha” exercido individualmente, para garantir tanto o nosso crescimento pessoal e profissional quanto o desenvolvimento do país. Cidadãos conscientes agindo localmente e em grupo garantem o crescimento de nossas comunidades. Se isso acontecer em todos os municípios, a consequência será um país mais forte. E, com o fortalecimento de instituições e dos cidadãos, não há governo corrupto que se mantenha.

Vivemos um tempo de extremos. Saibamos ser saudavelmente ambiciosos, mas cautelosos e prudentes em nossos passos e, principalmente, éticos em nossas ações. Alcançar nossas metas não pode implicar a destruição das ferramentas de um colega de trabalho, de um adversário, de um opositor.

Em 2019 serão novas 365 oportunidades para que façamos por merecer um novo ano, novas conquistas, novas vitórias. Façamos o melhor – em nossos lares, no trabalho e na comunidade em que estivermos inseridos. Despertemos em nós o novo, tudo aquilo que nos motiva, que nos dá prazer, a fim de garantir a força para enfrentar todas as pedras do caminho.

Neste novo ano, desejo a todos tempos de bonança, consciência tranquila e muita energia para não cochilarmos frente às oportunidades que se nos apresentarem!



“Os direitos humanos são violados não só pelo terrorismo, a repressão, os assassinatos, mas também pela existência de extrema pobreza e estruturas econômicas injustas, que originam as grandes desigualdades”

Papa Francisco

As cidades e o aquecimento global

Nas últimas semanas, o país tem experimentado um calor sufocante. As temperaturas máximas têm batido recordes. A sensação térmica nas cidades é muito maior do que a temperatura registrada nos termômetros, que beiram os 40° C. As mínimas estão acima das médias dos últimos anos.

O planeta vem se aquecendo. Está mais quente do que no passado. Nos últimos anos em muitos pontos da Terra foram registradas temperaturas médias superiores aos registros históricos. Em alguns lugares chega-se a 50°C. Temperaturas

extremas causam não apenas problemas ambientais, mas, também, de saúde. Nos últimos verões, na Europa, na Ásia e na América do Norte, as altas temperaturas foram responsáveis pela morte de milhares de crianças e idosos.

O gás carbônico, resultante da queima de combustíveis fósseis, é dos principais responsáveis pelo aquecimento do planeta. Sua absorção pelas plantas vem sendo prejudicada pela perda da cobertura vegetal nos continentes. A natureza tem um limite de absorção desse gás. Como a quantidade de emissões vem aumentando, de forma exponencial, em muitos países o problema tende a se agravar. Para piorar, as grandes florestas do mundo na faixa tropical – a Amazônica, a do Congo e a da Indonésia – têm sido substituídas pela criação de gado e a monocultura da soja. Evidencia-se, portanto, que o planeta está aquecendo pela ação humana. Isso vem acontecendo há cerca de 200 anos, em função da expansão industrial e do crescimento das cidades. Nesse tempo, já subiu 1 grau em relação ao período



pré-industrial.

O acordo de Paris, assinado por vários países, inclusive o Brasil, em 2015, aponta para a necessidade de se inverter essa tendência. Ou seja, é necessário diminuir as emissões de CO₂ para a atmosfera e, ao mesmo tempo, minimizar o efeito dos demais gases do efeito estufa.

Para evitar a dependência, cada vez maior, de energias fósseis, precisamos de tempo, vontade e tecnologia. Vontade essencialmente política dos diferentes governos para honrar o compromisso firmado em Paris. Vontade política dos

governos locais para alterar as matrizes de energia e os sistemas de transporte. Hoje já dispomos de tecnologias alternativas, como as energias solar, hídrica, eólica, térmica e mesmo a nuclear.

Talvez não tenhamos tempo suficiente para reverter esse dramático quadro. As emissões de CO₂ para a atmosfera vão continuar. Como o planeta não é uma máquina em que se ligam ou desligam botões, é provável que a tendência de aquecimento continue, ainda que as emissões comecem a diminuir. Assim, nos próximos 30 anos – tempo em que, esperamos, novas soluções tecnológicas estejam plenamente disponíveis –, o objetivo é conseguir que o planeta não aqueça mais do que 2°C em relação ao período pré-industrial. Os efeitos desse aquecimento, estima-se, produzirão enchentes devastadoras, extinção em massa de biodiversidade, escassez de água e aumento de desertos. Para evitar tudo isso, temos que reduzir a nossa vulnerabilidade. Que tal começarmos economizando água, energia elétrica e plantando árvores? A humanidade e o planeta agradecem.

Como cantaremos?

De 587 a 538 antes de Cristo, o povo da cidade de Jerusalém foi deportado para a Babilônia e forçado a trabalhar como escravo. O salmo 137 retrata o sofrimento dos exilados: “Junto aos rios da Babilônia, nos sentávamos chorando, com saudades de Sião. Nos salgueiros, pendurávamos nossas arpas. Lá, aqueles que nos deportaram pediam canções. Nossos opressores queriam diversão: cantem para nós um canto de Sião. Como cantaremos os cantares de Javé numa terra estrangeira?”

Hoje existe em nosso país uma multidão de brasileiros e brasileiras vivendo como se fosse deportada, num lugar que não lhe pertence, não acolhe e não provê o necessário. São pessoas descartadas, sem-terra, sem casa, sem trabalho digno. Faltam as coisas mais necessárias à vida, como bem recordou o Papa Francisco no segundo encontro que teve com movimentos sociais de todo o mundo, em 2015, na Bolívia.

Essa situação que foi sendo construída desde o período colonial vinha se atenuando nos últimos anos, por meio de políticas pú-

blicas que promoviam a inclusão da parcela menos favorecida da sociedade brasileira.

Com a derrubada e a inviabilização arbitrária dos governos progressistas – a meu ver, por meio de um golpe do Parlamento sustentado pelo Judiciário –, vemos esse círculo virtuoso de progresso das massas populares ir se encerrando a cada reforma, PEC, LOA, aprovadas por um Congresso repleto de bancadas conservadoras e corporativistas, que legislam pelos próprios interesses e projetos de poder. Com a eleição de um governo de extrema direita, isso tende a se acelerar. Já temos assistido, em muito pouco tempo, as canetadas com as populares BIC a retirar direitos e suprimir avanços alcançados outrora, com muita luta, pelas parcelas mais vulneráveis da população. É uma espécie de exílio na própria Pátria, que rouba a alegria, os sonhos, a esperança de nossa gente. Como cantar numa terra que não é nossa? Também os opressores de hoje exigem que o povo sofrido continue a cantar. Não se pode reclamar, protestar, sentir-se indignado. Querem que nosso

povo se alegre; que cante uma alegria que já não há.

O salmo 137 termina com uma maldição profética contra os babilônios: “Ó devastadora capital da Babilônia, feliz quem retribuir a você o mesmo castigo com que fomos castigados. Feliz quem agarrar e fizer em pedaços seus nenês contra a rocha”.

Deus nos livre de pensarmos tal maldade que o salmista desejou aos nenês dos babilônios, mas que será bonito ver a primavera chegar após este inverno, isso será.

Será bom o dia em que virmos novamente reinar a democracia. Não apenas a democracia das urnas, mas a democracia da terra, do teto e do trabalho digno para todos os brasileiros e brasileiras. Como cantávamos em nossos encontros da Pastoral da Juventude: “Vai ser tão bonito se ouvir a canção cantada de novo. No olhar da gente a certeza do irmão, reinado do povo”.

É preciso caminhar, mesmo com ventos contrários, “de esperança em esperança”, como nos ensinou o saudoso cardeal Arns.

Pe. Fabrício Beckmann

“A Festa de Santo Reis”

Na tradição católica, a passagem bíblica em que Jesus foi visitado pelos reis Magos converteu-se na tradicional visita feita pelos três Reis Magos – Melchior, Baltazar e Gaspar –, os quais passaram a ser referenciados como santos.

Durante nossa colonização, a tradição da Folia de Reis chegou ao Brasil. Essa manifestação acontecia em toda a Península Ibérica e era comum a doação e recebimento de presentes enquanto eram entoados cantos e danças nas residências. Baseado nessa argumentação, a Folia de Reis teria vindo para o Brasil no século 16, trazida pelos jesuítas. Servia como instrumento na catequização dos índios e, posteriormente, dos negros e escravos. Na cultura tradicional brasileira, os festejos de Natal eram comemorados por grupos que visitavam as casas tocando músicas alegres em louvor aos Santos Reis e ao nascimento de Cristo. Essas manifestações festivas estendiam-se até a data consagrada aos Reis Magos – 6 de janeiro.

No Brasil, a visita às casas acontece desde o mês de dezembro até o dia de Reis. Esses grupos são chamados Folias de Reis e Ternos de Reis, de acordo com o local. São compostos por músicos tocando instrumentos como tambor, pandeiros, triângulo, viola, violão e acordeão. Além dos músicos instrumentistas e cantores, o grupo, muitas vezes, é composto, também, de dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas. Todos se organizam sob a liderança do Mestre da Folia e seguem, com reverência, os passos

da bandeira, cumprindo rituais tradicionais de inquestionáveis beleza e riqueza cultural. Ao chegar às casas que os recebem, a primeira a entrar é a bandeira, alvo de muito respeito. Em frente a um presépio ou oratório, contam os foliões a história da viagem dos três Reis Magos ou a do nascimento do Menino Jesus.

O grupo canta, então, a canção da chegada. O mestre é que sempre inicia as cantigas. É a pessoa mais importante do grupo, pois é o responsável pelo andamento dos cantos e pela colocação das vozes. As partes cantadas são, em geral, licença, viagem dos três Reis ou nascimento de Jesus e pedido de ofertas. Em seguida, vem o canto de agradecimento pela acolhida e despedida.

Após angariar donativos para a “Festa de Santo Reis”, que podem ser em dinheiro ou frangos, leitões ou doces diversos para um “ajantarado” que, geralmente, acontece em 6 de janeiro, a Folia ganha novamente as ruas, dirigindo-se a outro lar...

Em Piquete, a tradição das Folias de Reis é antiga. Entre o Natal e o Dia de Reis, os grupos visitam os presépios armados em casas de família, entoam seus cantos e recolhem donativos para a Festa de Reis.

O número de Folias no município já foi maior, mas a dificuldade para atrair jovens vem tornando cada vez mais raros os grupos em nossa cidade. Há que se incentivar tão rica e importante manifestação da piedade popular. Não podemos prescindir de tamanha beleza e demonstração de fé.



Feliz Ano Novo! Que tudo se realize!

As comemorações do Ano Novo garantem eventos apoteóticos em todo o mundo. Alguns lugares foram transformados em ícones da comemoração da data, como a *Champs Elysee*, em Paris, a *Times Square*, em Nova Iorque, e Copacabana, no Rio de Janeiro.

Mas as comemorações são também muito especiais para os que não estão naqueles locais. Traduzem-se em reuniões familiares e em encontros de amigos, aguardando que os ponteiros do relógio se sobreponham à meia-noite para, num rompante de alegria, sorrisos e abraços, todos se cumprimentem. Uns riem, outros choram de alegria, saudades... Votos de feliz ano novo, que os sonhos se realizem...

Destacamos, porém, o significado mais especial dessas comemorações: “Ano Novo, Vida Nova”. Ano Novo, todo ano tem... Vida Nova é o que todos merecemos: significa mudanças de propósitos, melhoria, redirecionamento, busca do correto, esquecimento de velhas rusgas, perdão. Mais ainda: no momento atual, é ser solidário, ético, responsável. Uma vida nova exige postura diferenciada. Pais, que sejam mantenedores e orientadores de seus filhos. Empresários, que remunerem com justiça seus empregados. Médicos, que tragam a cura do corpo e da alma. Professores, que sejam direcionadores, para no futuro serem lembrados como “mestres”. Advogados, que defendam os direitos. Juiz, que promovam a justiça. Promotores, que defendam a sociedade. Líderes religiosos, que promovam e vivam os ensinamentos de Cristo.

Que os artistas nos encham os olhos com o belo aflorando nossa sensibilidade! Que o engenheiro construa e crie para o bem e a paz, e que o poeta crie para o nosso coração! Que o músico nos faça sonhar construindo acordes de alegria! Que as crianças cresçam com esperança, que os jovens tenham oportunidades de projetar seus caminhos e que os velhos vivam com dignidade e possam transmitir a riqueza da experiência! Que os governantes tomem consciência e atitudes de efetivos representantes da sociedade! Que nossas florestas sejam preservadas! Que nossos rios sejam recuperados! Por fim, que os piquetenses tenham esperança no futuro de um mundo, um Brasil e uma Piquete melhores!

São os votos da equipe do informativo O ESTAFETA para o Ano Novo. E que tudo de bom se realize neste 2019!